

**FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS - FACUNICAMPS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**DEYSIANE RODRIGUES DA SILVA
JESSIKA ROSA DE SOUSA VOLPATO
MAYCON JONNATHA RODRIGUES**

**A PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS ENTIDADES TERCEIRO SETOR
ATRAVÉS DAS NOTAS EXPLICATIVAS E A CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE ARRECADAÇÃO NA VILA SÃO COTTOLENGO**

**GOIÂNIA – GO
2019/2**

**DEYSIANE RODRIGUES DA SILVA
JESSIKA ROSA DE SOUSA VOLPATO
MAYCON JONNATHA RODRIGUES**

**A PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS ENTIDADES TERCEIRO SETOR
ATRAVÉS DAS NOTAS EXPLICATIVAS E A CONTRIBUIÇÃO NO
PROCESSO DE ARRECADAÇÃO NA VILA SÃO COTTOLENGO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para nota da disciplina de TCC, necessária para graduação do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas-FacUnicamps.

Orientação do Prof.º: Anderson Carlos da Silva

**GOIÂNIA - GO
2019/2**

A PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS ENTIDADES TERCEIRO SETOR ATRAVÉS DAS NOTAS EXPLICATIVAS E A CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO NA VILA SÃO COTTOLENGO

ACCOUNTABILITY WITH THIRD SECTOR ENTITIES THROUGH EXPLANATORY NOTES AND THE CONTRIBUTION IN THE COLLECTION PROCESS IN VILA ARE COTTOLENGO

DEYSIANE RODRIGUES DA SILVA¹; JESSIKA ROSA DE SOUSA
VOLPATO²; MAYCON JONNATHA RODRIGUES³; ANDERSON CARLOS
DA SILVA⁴.

RESUMO

Considerando que as entidades filantrópicas contribuem, significativamente, com o poder público na resolutiva dos diversos problemas sociais, a análise da contabilidade aplicada ao terceiro setor, torna-se relevante, no sentido de compreender a *Accountability* (prestação de contas) e a captação de recursos. O objetivo é sistematizar como estas entidades contabilizam suas atividades, verificar ainda a veracidade e a transparência dos registros contábeis. Para tanto, procede-se à uma abordagem de natureza qualitativa com um senso crítico e analítico, por meio de levantamento bibliográfico pertinentes ao tema, além de uma pesquisa de campo e coleta de dados em um caso concreto. Deste modo, observa-se que a contabilidade é aplicada na ponderação das arrecadações, por meio das publicações dos demonstrativos e das notas explicativas, o que permite concluir que, no caso concreto, a entidade faz a demonstração do fluxo de caixa por método indireto, seguindo de fato, os preceitos legais quanto à transparência do uso dos recursos por meio da publicidade dos dados contábeis.

Palavra Chave: Terceiro setor. *Accountability*. Captação de Recursos. Contabilidade.

ABSTRACT

Considering that philanthropic entities contribute, significantly, to the public authorities in solving the various social problems, the analysis of accounting applied to the third sector becomes relevant, in order to understand Accountability and fundraising. . The objective is to systematize how these entities account for their activities, as well as verify the veracity and transparency of accounting records. To this, we proceed to a qualitative approach with a critical and analytical sense, through bibliographic survey relevant to the theme, as well as a field research and data collection in a specific case. Therefore, it is observed that the accounting is applied in the weighting of the collections, using the publications of the statements, and the explanatory notes, which allows us to conclude, that in the specific case, the entity makes the cash flow statement by indirect method, following, in fact, the legal precepts about the transparency of resource use with publicity of accounting data.

Keywords: *Third sector. Accountability. Fund-raising. Accounting.*

¹Acadêmico de Ciências Contábeis da FacUnicamps. Email:deysi.rodrigues@gmail.com

²Acadêmico de Ciências Contábeis da FacUnicamps. Email:jessikarosa728@gmail.com

³Acadêmico de Ciências Contábeis da FacUnicamps. Email:mayconjonnatha@hotmail.com

⁴Professor Mestre, Orientador Ciências Contábeis da FacUnicamps. Email: andersoncarloslinea@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade aplicada ao terceiro setor desempenha um papel importante para a captação de recursos por trazer informações relevantes, devido a grande necessidade de prestar contas para obtenção de novos recursos.

O objetivo geral desta pesquisa é evidenciar a prestação de contas nas entidades do terceiro setor e a sua contribuição no processo de arrecadação de verbas na Vila São Cottolengo.

Os objetivos específicos consistem em destacar pontos importantes em relação à contabilização das entidades sem fins lucrativos, com foco voltado para Vila São Cottolengo, quais sejam: (a) identificar as principais características das entidades sem fins lucrativos; (b) apresentar as demonstrações contábeis da Vila São Cottolengo nos anos de 2017 e 2018 e (c) demonstrar a prestação de contas através das Notas Explicativas da Vila São Cottolengo nos anos de 2017 e 2018.

A contabilidade aplicada ao terceiro setor exerce uma importante função para a sociedade, com observância aos princípios fundamentais da administração pública direta e indireta, que norteiam o desempenho das atividades públicas, sendo eles: legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade, conforme o art. 37 da Constituição Federal – CF/1988 (BRASIL, 1988). O Terceiro Setor executa ações solidárias, apresentando-se na realidade da sociedade moderna como um forte aliado do Poder Público, foi criado com objetivo social de melhorar a qualidade de vida e é destinado a populações carentes (ANDRADE, 2016). Assim, é possível afirmar que o terceiro setor também é responsável pelo desenvolvimento social do país.

As organizações sem fins lucrativos têm ganhado mais espaço na economia brasileira, devido à conscientização da sociedade em relação aos problemas sociais, muitas dessas organizações contam com empresas do segundo setor, de onde vem parte dos recursos obtidos pelas entidades. Essas empresas se mostram cada vez mais interessadas em colaborar com desenvolvimento social, a fim de diminuir os problemas sociais em populações carentes de algum tipo de cuidado básico, além disso, as empresas que se solidarizam, ainda podem obter vantagens tributárias (TACHIZAW, 2014).

Mesmo com o objetivo de cunho social, muitas entidades sem fins lucrativos têm sua credibilidade questionada, no que tange às aplicações dos recursos obtidos. Essa preocupação da sociedade, em relação à essas entidades, acontece devido ao grande número de

irregularidades nas administrações das entidades do terceiro setor, com isso, se tornou importante prestar conta para a sociedade e demonstrar como são controlados e aplicados os recursos obtidos através de doações, trazendo informações relevantes aos usuários, para que assim, consigam novos recursos (TACHIZAW, 2014).

2 REFERENCIALTEÓRICO

2.1 O que é Terceiro Setor?

Segundo a editora Kerdna (2009), o terceiro setor pode ser classificado de uma forma bem ampla, na ajuda humanitária, tratar das lutas sociais, e de classes pela conquista e manutenção da hegemonia da sociedade civil. O terceiro setor foi criado com objetivo da busca do bem comum, buscar melhor qualidade de vida para sociedade civil. “Mas isso não significa que o poder público não possa, nem precise destinar verbas ao Terceiro Setor, afinal sua função é promover a solidariedade social” (KERDNA, 2009, p. 1). Assim, as entidades sem fins lucrativos sobrevivem com doações e ajudas destinadas aos projetos que desenvolvem, sendo assim, o governo tem o dever de ajudar na manutenção, já que a obrigação de promover o básico para a população é do poder público.

Como Oliveira (2014), observa que, o terceiro setor não pode ser substituto da função do Estado, ele é apenas uma complementação e um auxílio na resolução de tantos problemas presentes na sociedade. Um dos aspectos mais particulares desse segmento é que não possuem finalidade lucrativa e toda essa parceria com a sociedade permite a ampliação e mobilização de recursos, para iniciativas do bem comum. “O terceiro setor consiste, basicamente, em organizações cujos objetivos principais são sociais em vez de econômicos” (OLIVEIRA, 2014, p. 27).

Quanto à constituição das empresas do terceiro setor, Andrade (2016, p. 5),

As empresas do terceiro setor são criadas pela participação voluntária de grupos pessoas, realizando práticas de caridade, filantropia, proteção à natureza e diversos trabalhos com o intuito de alcançar objetivos sociais e públicos, como atendimento médico, campanhas educacionais, eventos culturais e muitas outras atividades que melhorem a qualidade de vida da população.

Portanto, as entidades do terceiro setor são constituídas com fulcro social e não lucrativo, objetivando o bem comum, na implementação de trabalhos e ações que amenizem os problemas evidenciados pela sociedade promovendo a qualidade de vida.

Desta forma, como assinala Montano (2010, p. 51), “a perspectiva hegemônica, em clara inspiração pluralista, estruturalista ou neopositivista, isola os supostos (setores) um dos outros e concentra-se em estudar (de forma desarticulada da totalidade social) o que entende que constitui o chamado (terceiro setor) estudam-se as Organizações Não Governamentais (ONGs), as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais”.

Como Landim (1999) observa, o terceiro setor não é um termo neutro, ele tem nacionalidade clara. E de procedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal.

No entanto, surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John Rockefeller 3. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho (cf. Ioschpe, 1997, II). Isso mesmo! Seria, portanto, um exercício de ingenuidade pensar que a origem norte-americana do termo e sua relação com instituições ligadas diretamente ao grande capital sejam apenas dadas de curiosidade. O conceito terceiro setor foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classe, nas transformações necessárias a alta burguesia.

Assim, o termo é construído a partir de recorte do social em esferas: o Estado (primeiro setor), o mercado (segundo setor) e a sociedade civil (terceiro setor). O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis a vida da comunidade, através da nação – igreja, organizações de assistência social de vários tipos, hospitais, museus, bibliotecas, grupos de teatros, orquestras sinfônicas. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos (LANDIM, 1999).

Percebe-se, portanto, que a relação do termo com instituições maiores não é mera coincidência, o termo foi concebido exatamente a partir da divisão social oriunda dos interesses de classes da alta burguesia. Desta forma, o Estado seria o primeiro setor, o mercado seria o segundo e a sociedade civil, por sua vez, o terceiro setor, que contribui com diversas áreas de forma voluntária.

2.2 Reconhecimentos Legais das Organizações

Para uma entidade ser caracterizada como terceiro setor, ela necessita ter o objetivo de promover o bem-estar social, oferecendo gratuidade em seus serviços e inclusão social, com atividades relacionadas à saúde e educação dentre outros.

Com fulcro no art. 1º da Lei 9.790/99, considera-se sem fins lucrativos:

[...] a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

Isto posto, para desta forma ser caracterizada, a pessoa jurídica não deve ter por finalidade o lucro nem mesmo pode fazer a divisão de ganhos entre sócios ou afins, por isso mesmo, todo o capital recebido pela entidade deve ser integralmente direcionado à execução do objeto social definido.

O Estado também pode contribuir como parceiro destas organizações civis na execução de atividades de relevante interesse social. Esta parceria é regulamentada pela Lei nº 13.019 de 2014, recentemente alterada pela Lei 13.204 de 2015, que estabelece o regime jurídico destas parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. O objetivo da mencionada Lei é preconizado em seu artigo primeiro:

Art. 1º - Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2015).

Percebe-se, que a administração pública contribui com as organizações da sociedade civil, desde que sejam elaborados, previamente, planos e projetos de cooperação na execução de atividades de interesse público, devendo ser observados os preceitos da Lei nº 13.019 de 2014.

A Lei supramencionada traz ainda conceitos relevantes para compreensão desta pesquisa. Conforme seu art. 2º alínea “a”, considera-se Organização da Sociedade Civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (BRASIL,2015).

As entidades sem fins lucrativos são criadas de forma voluntária, para promover o bem-estar social, e, a lei estabelece que a administração pública coopere com essas

organizações, por ter caráter social, além disso, todos os eventuais excedentes do patrimônio devem ser aplicados integralmente no projeto ou atividade social, ainda que seja como fundo de reservas. A identidade da constituição dessa atividade se dá através do estatuto social que rege as atividades da entidade (TACHIZAWA, 2014).

O terceiro setor possui algumas características importantes para que seja definida juridicamente como uma entidade para este fim, com isso, precisa surgir por meio de pessoas que buscam amenizar os problemas sociais, através de voluntários, sem gerar lucros ou prejuízos. Conforme Tachizawa (2014, p. 5), “entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou fundações”.

2.3 Estrutura e Elementos das Demonstrações Contábeis

A estrutura patrimonial é definida pela Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), as sociedades, portanto, devem obedecer às normas e princípios contábeis estabelecidas na legislação supracitada, haja vista que, em seu art. 176, estão especificadas as demonstrações financeiras obrigatórias, quais sejam:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e.

IV - demonstração dos fluxos de caixa;

V - se companhia aberta, demonstração do valor adicionado (BRASIL, 2017)

As demonstrações exigidas para entidades sem fins lucrativos ou templos religiosos, conforme a Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC ITG 2002 (R1)⁵, a contabilidade é aplicada ao terceiro setor de acordo com as normas gerais de contabilidade e as legislações vigentes, porém, com algumas vantagens e benefícios fiscais, os principais demonstrativos obrigatórios do terceiro setor são: Balanço Social, Demonstração do Superávit e Déficit do Exercício (DSDE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (OLIVEIRA, 2014).

⁵A letra R acrescida ao número (R1, R2, R3, ...), representa a resolução que promoveu a alteração na interpretação técnica geral, foi adicionada à sigla da interpretação para que seja identificado o número da consolidação alterada no site do Conselho Federal de Contabilidade.

A Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), determina que a contabilidade aplicada ao terceiro setor, deverá conter algumas nomenclaturas diferentes no momento da sua elaboração das demonstrações contábeis, ao contrário dos demais setores, vejamos:

10.19.3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.19.3.2 - Na aplicação das normas contábeis, em especial a NBC T 3, a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício (ITG, 2002)

Assim, as demonstrações contábeis são de suma importância, pois, constituem-se de relatórios referentes a movimentações financeiras ocorridas nas organizações, sendo essenciais para sua avaliação econômica.

Diante disso, sua divulgação deverá ser apresentada de forma clara e objetiva levando aos seus usuários informações fidedignas, como destaca Olak (2010, p. 69):

A divulgação das demonstrações contábeis tem por objetivo fornecer, aos seus usuários, um conjunto mínimo de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, fiscal e social que lhes possibilitem o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade.

2.4 Balanço Patrimonial (Balanço Social)

Com objetivo de levar informações aos seus usuários, o Balanço Social é a prestação de contas das entidades, junto à sociedade, como destaca (SÁ, 2010). O “Balanço Social representa a expressão de uma prestação de contas da empresa à sociedade em face de sua responsabilidade para com a mesma”, ou seja, torna-se uma obrigação social.

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007, p. 31), “o objetivo do Balanço Social é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”.

O Balanço Social, traz no seu contexto algumas nomenclaturas diferentes, conforme a resolução CFC nº 1.409/2012, “No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido” (BRASIL, 2012).

Segundo Olak (2010), “o conceito de Patrimônio Líquido é o mesmo, tanto nas empresas quanto nas Entidades sem Fins Lucrativos. A equação patrimonial clássica não se altera, ou seja, Patrimônio Líquido Social (PLS) = ATIVO – PASSIVO (exigibilidades)”.

Destaca que, o Balanço Social é de suma importância para que seja feita a análise de uma entidade, influenciando nas tomadas de decisões por parte dos seus gestores, seja a entidade com ou sem fins lucrativos, afirma Olak (2010). Assim, destacado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “o Balanço Social possibilita que a sociedade tenha conhecimento dessas ações empresariais”

Desta forma, o Balanço Social tem por objetivo principal apresentar a posição patrimonial e financeira de uma empresa em um dado momento. Para Matarazzo (2010, p. 26) o Balanço Social “é a demonstração que representa todos os bens e direitos da empresa- Ativos-, assim como as obrigações- Passivo Exigível- em determinada data”. Segundo as normas contábeis, em especial a Interpretação Técnica Geral-ITG 2002 (R1) a conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido, e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.

2.5 Demonstrações de Superávit ou Déficit do Exercício

A interpretação técnica ITG 2002 (R1), que trata da divulgação das demonstrações contábeis para o Terceiro Setor, determina a alteração da nomenclatura de ‘lucro ou prejuízo do exercício’ para ‘superávit ou déficit do exercício’. Esta demonstração tem por objetivo principal, nas entidades sem fins lucrativos, evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores relativas a um determinado período de tempo, denominado “Exercício”. Assim, por este motivo, prefere-se utilizar a expressão “Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades”.

As despesas indiretas, também chamadas de despesas administrativas, são aquelas que não estão relacionadas propriamente com a operação, se referem àquelas indiretas ao programa (atividades). Assim, as gratuidades e o trabalho voluntário devem ser demonstrados por programa (atividades) em Nota Explicativa, conforme ITG 2002(R1).

Quadro 1 Demonstração do Resultado do Período

	20x1	20x0
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com Restrição		

Programa (Atividades) de Educação		
Programa (Atividades) de Saúde		
Programa (Atividades) de Assistência Social		
Programa (Atividades) de Direitos Humanos		
Programa (Atividades) de Meio Ambiente		
Outros Programas (Atividades)		
Gratuidades		
Trabalho Voluntário		
Rendimentos Financeiros		
Sem Restrição		
Receitas de Serviços Prestados		
Contribuições e Doações Voluntárias		
Ganhos na Venda de Bens		
Rendimentos Financeiros		
Outros Recursos Recebidos		
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Educação		
Saúde		
Assistência Social		
Direitos Humanos		
Meio Ambiente		
Gratuidades Concedidas		
Trabalho Voluntário		
RESULTADO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas		
Salários		
Impostos e Taxas		
Aluguéis		
Serviços Gerais		
Manutenção		

Depreciação e Amortização		
Perdas Diversas		
Outras despesas/receitas operacionais		
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		

Fonte: <http://www2.cfc.org.br>

A ênfase dada no Quadro 1 é a atividade e não o resultado, como é habitual nas entidades de fins lucrativos. No final, é claro, será evidenciado também o resultado (superavitário ou deficitário), entretanto, quanto à entidade sem fins lucrativos, a grande questão fica por conta das atividades desenvolvidas, não sendo evidenciada a questão do resultado. Olak (2010) define que essa demonstração, independentemente da terminologia adotada, é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar, efetivamente, as ações dos gestores em termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas empregadas nas atividades dessas entidades.

Conforme Olak, o que leva as Entidades Sem Fins Lucrativos (EFSL) a utilizarem as terminologias superávit ou déficit, ao invés de lucro ou prejuízo, está intimamente relacionado às suas finalidades institucionais. O autor entende que, “seria contrassenso usar-se lucro ou prejuízo para as entidades que, por natureza, não tem fins lucrativos”(OLAK, 2010, p.73).

2.6 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

As Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) são de extrema importância para as entidades de 3º setor, uma vez que, enfrentam muitos desafios operacionais e financeiros. Deste modo, a manutenção destas empresas depende de uma boa gestão dos recursos obtidos e, as Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC's), tem justamente a função de trazer informações para o gerenciamento financeiro adequado e para credibilidade dos financiadores dessas instituições (SÁ, 2010).

As Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) são indicadores de todos os movimentos de entrada e saídas do caixa. Os dados contidos nas DFC's, quando utilizados com outras demonstrações, trazem aos usuários, uma capacidade de avaliar os resultados que afetam o

patrimônio da empresa tanto positivamente quanto negativamente. Mostrando os efeitos dentro das atividades operacionais, que estão ligados à industrialização, comércio ou prestação de serviços da empresa, além de investimento, que são os gastos com aplicação de recursos em imobilizado e intangível, não estão relacionadas às atividades operacionais da entidade, e de financiamento, são empréstimos ou financiamentos de curto prazo.

A DFC tem por objeto principal a avaliação e controle da situação do caixa e equivalentes de caixa da empresa, além de ajudar na análise do uso adequado dos recursos financeiros e comprovar o desempenho da entidade, garantindo assim, uma tomada de decisão mais efetiva (SÁ, 2010).

As DFC's das atividades operacionais são apresentadas de duas maneiras diferentes, sendo por método direto e indireto, conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 03 R2 (2010) , que elucida:

18. A entidade deve apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando.

Alternativamente:

(a) o método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgados; ou.

(b) O método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associado com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Percebe-se, portanto, que a entidade deve optar pelo método direto ou indireto, desde que demonstre as movimentações do fluxo de caixa, tanto de entrada como de saída, relacionados às atividades operacionais, para que se possa avaliar o uso dos recursos financeiros, em conformidade com o CPC 03 R2 (2010).

As atividades operacionais da entidade, portanto, são todos os recebimentos e pagamentos derivados das principais atividades geradoras de caixa, o método direto é basicamente a classificação dos recebimentos e pagamentos de uma entidade, buscando as informações da tesouraria. O método indireto trata de reconciliar o Lucro líquido apurado contabilmente pelo regime de competência, com o Caixa líquido do período apurado segundo o regime de caixa, os dados para esse método são buscados através do balanço e da DRE, como demonstrará o Quadro 2 e Quadro 3.

Quadro 2 - Método Direto	20x1		20x0	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Recursos Recebidos				
Entidades Governamentais	3,00		2,00	
Entidades Privadas	3,00		1,00	
Doações e Contribuições Voluntárias	1,00		1,00	
Próprios	1,00		2,00	
Rendimentos Financeiros	1,00		1,00	
Outros	1,00		1,00	
Pagamentos Realizados				
Aquisição de bens e Serviços – Programas (Atividades) Executados	(3,00)		(2,00)	
Salários e Encargos Sociais do Pessoal Administrativo	(1,00)		(1,00)	
Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	(0,00)		(0,00)	
Outros Pagamentos	(1,00)		(1,00)	
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		5,00		4,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	1,00		2,00	
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	1,00		1,00	
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(3,00)		(4,00)	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(1,00)		(1,00)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Recebimentos de Empréstimos	1,00		3,00	
Outros Recebimentos por Financiamentos	1,00		1,00	
Pagamentos de Empréstimos	(2,00)		(2,00)	
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	(2,00)		(3,00)	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(2,00)		(1,00)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		2,00		2,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		3,00		1,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		5,00		3,00

Fonte: <http://www2.cfc.org.br>

Quadro 3 - Método Indireto	20x1		20x0	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Superávit (Déficit) do Período	1,00		1,00	
Ajustes por:				
(+) Depreciação	1,00		1,00	
(+) Amortização	1,00		1,00	
(+) Perda de Variação Cambial	1,00		0,00	
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	(1,00)		(1,00)	
Superávit (Déficit) Ajustado		3,00		2,00
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes				
Mensalidades de Terceiros	2,00		3,00	
Atendimentos Realizados	4,00		3,00	

Adiantamentos a Empregados	(1,00)		(1,00)	
Adiantamentos a Fornecedores	(1,00)		(1,00)	
Recursos de Parcerias em Projetos	(1,00)		(1,00)	
Tributos a Recuperar	1,00		1,00	
Despesas Antecipadas	(1,00)		(1,00)	
Outros Valores a Receber	2,00	5,00	1,00	4,00
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes				
Fornecedores de bens e serviços	(3,00)		(2,00)	
Obrigações com Empregados	(2,00)		(1,00)	
Obrigações Tributárias	(1,00)		(1,00)	
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	4,00		3,00	
Recursos de Projetos em Execução	(2,00)		(1,00)	
Recursos de Convênios em Execução	(1,00)		(1,00)	
Subvenções e Assistências Governamentais	3,00		2,00	
Outras Obrigações a Pagar	(1,00)	(3,00)	(1,00)	(2,00)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		5,00		4,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	1,00		2,00	
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	1,00		1,00	
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(3,00)		(4,00)	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		(1,00)		(1,00)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Recebimentos de Empréstimos	1,00		3,00	
Outros Recebimentos por Financiamentos	1,00		1,00	
Pagamentos de Empréstimos	(2,00)		(2,00)	
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	(2,00)		(3,00)	
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(2,00)		(1,00)
(=) Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		2,00		2,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		3,00		1,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		5,00		3,00

Fonte: <http://www2.cfc.org.br>

No que se refere às atividades de investimento, estas são os recursos aplicados pela entidade a fim de gerar lucros ou fluxo de caixas futuros, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As atividades de financiamento tratam dos fornecedores de capital da entidade, são incluídos nessa atividade os empréstimos e financiamentos de curto prazo, o que é devidamente esclarecido no item 17 do CPC 03 R2 (2010).

17. A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento são: (a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais; (b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade; (c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos; (d) amortização de empréstimos e financiamentos; e (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para

redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro. 7 CPC_03(R2)_Rev_13 (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (CPC 03 – R2, 2010).

Assim, demonstra-se importante a demonstração dos fluxos de caixa de forma separada dos recursos oriundos de investimentos, para que se possam ponderar os dispêndios de recursos feitos pela entidade, para que o fluxo de caixa futuro seja garantido.

As notas explicativas têm a função de complementar as demonstrações contábeis, trazendo informações adicionais do desempenho da entidade, que não estão evidenciadas, facilitando, portanto, a compreensão dos diversos usuários e são necessárias para uma apresentação adequada das demonstrações exigidas pela lei, em conformidade com a ITG 2002 (R1):

As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
- (c) relação dos tributos objeto de renúncia fiscal; (Alterada pela ITG 2002 (R1))
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados (ITG 2002 - R1).

Desta forma, percebe-se que as notas explicativas compreendem todas as demonstrações financeiras, objetivando a transparência do uso dos recursos. Além disso, as

Notas Explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações financeiras obrigatórias, conforme a Lei das Sociedades Anônimas (LSA) 6404/76.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se alicerça na metodologia indutiva, no sentido de promover uma análise pormenorizada de seu objeto para então compreendê-lo no âmbito geral. A pesquisa indutiva “é o processo mental (raciocínio) pelo qual se parte da observação de um fenômeno particular para chegar a uma generalização (MEDEIROS, 2010, p. 21)”.

O presente estudo tem ainda caráter qualitativo com “natureza, do alcance e das interpretações possíveis para o fenômeno estudado e (re) interpretado de acordo com as hipóteses estrategicamente estabelecidas” (MEZZARROBA, 2009, p. 110). “Sob técnicas do recurso metodológico de estudo de caso, meio pelo qual o caráter unitário do objeto é preservado” (CARVALHO, 2010, p. 198).

Para tanto, procedeu-se inicialmente a uma pesquisa bibliográfica, a fim de compreender aspectos teóricos, operacionais e regulamentais pertinentes ao tema. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo com consequente coleta de dados, no estudo de caso concreto da entidade Vila São José Bento Cottolengo, hospital filantrópico, sediado na cidade de Trindade, interior do estado de Goiás. Foram analisados os relatórios contábeis e a prestação de contas no Terceiro Setor da entidade, além de aplicação de questionários, com o fito principal de analisar se a contabilidade oferece transparência em seus relatórios.

A visita de campo ocorreu no dia 24/04/2019 das 08h00min as 11h00min da manhã, momento em que foram abordadas, juntamente com a equipe local, as formas de arrecadação e contabilização das mesmas. Foram elaborados questionários, direcionados à compreensão do objeto do presente estudo, que foram respondidos pelo contador responsável pela Villa São Cottolengo, Sr. Jacy Soares Pereira.

Os instrumentos específicos de pesquisas são: visita de campo com coleta documental, análise dos demonstrativos contábeis e entrevista do contador responsável pela entidade, levantamento bibliográfico com referenciais teóricos tais como: Montano, Andrade, Olak, Sá, dentre outros, além de estudo da legislação pertinente, destacando-se o Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Por conseguinte, com base no levantamento documental, foram avaliadas as demonstrações contábeis e notas explicativas referentes aos anos de 2017 e 2018, com um senso crítico e analítico, baseado no estudo bibliográfico prévio.

3.1 Estudo de Caso: Caracterização da Empresa

EMPRESA: Vila São José Bento Cottolengo

MISSÃO: Promover vida com qualidade para a pessoa com deficiência e em situação de vulnerabilidade social, como expressão da ação evangelizadora da Igreja Católica.

VISÃO: Ser uma instituição reconhecida pela excelência na prestação de serviços à pessoa com deficiência e em situação de vulnerabilidade social.

VALORES: Ética Cristã; Humanização; Transparência; Sensibilidade para com o Necessitado; Responsabilidade e Compromisso; Respeito às Diferenças.

Fonte: <http://www.cottolengo.org.br/>

3.1.1 Criação da organização

A Vila São José Bento Cottolengo é um hospital filantrópico, fundado em 11 de fevereiro de 1951, pelo Pe. Gabriel Vilela. Atualmente está habilitado como Centro Especializado em Reabilitação Física, Auditiva e Intelectual, sendo assim classificado como CER III.

Com 68 anos de história, a Vila São Cottolengo tornou-se hospital referência no tratamento de pessoas com deficiência. Atendimento personalizado, terapias específicas e muito carinho são indispensáveis aos pacientes internos de longa permanência e os que passam pelo atendimento ambulatorial. Para realizar este trabalho de excelência, a entidade conta com mais de 800 colaboradores, profissionais dedicados à missão de servir. Em período integral, a Vila presta assistência a 365 pacientes com deficiências múltiplas e realiza cerca de 2.400 atendimentos ambulatoriais e educacionais diariamente. Este importante trabalho é realizado através dos órgãos conveniados: Ministério da Saúde, SUS, Governo Estadual através da Secretária Estadual Saúde e planos de saúde. Além desse apoio, a entidade ainda

conta com as doações e ajuda voluntária da igreja católica, doadores anônimos, empresas privadas e pessoas físicas.

Divulgação dos trabalhos realizados: Quase todas as instituições divulgam suas atividades através das redes sociais, do “boca a boca” e ainda utiliza-se de cartazes, além da divulgação em jornais e rádios. Nota-se que apesar da grande disseminação de propaganda através de rede social, os cartazes não foram dispensados. O público participa realizando doações, e também com voluntariado, eles realizam visitas e auxiliam na divulgação da instituição. O público ajuda de forma voluntária a divulgar e arrecadar donativos necessários para a manutenção das atividades na entidade.

Doadores: Em relação às doações, eles recebem de pessoas físicas, sendo que, também recebem do governo, contam com doações de outras instituições, e recebem doações de empresas privadas. Esses dados confirmam o que foi descrito por Paes (2006), ou seja, uma das principais características do Terceiro Setor é que o mesmo recebe doações de empresas e pessoas físicas, e também, repasse de verbas públicas.

Principais doadores: A igreja católica é a fundadora e ajuda a patrocinar o hospital filantrópico, inclusive com mão de obra voluntária por parte das irmãs de caridade, porém, a instituição também conta com a ajuda de grandes empresários, e parceiros da causa, como por exemplo: TV anhanguera, Jean Darrot, Piracanjuba, Italac, Santa Marta, além de arrecadar através de projetos e campanhas de doações, contando com possibilidade de receber ajuda por transferências bancárias, depósitos e passando cartões de crédito, além do cofrinho que são entregues para doadores e devolvidos cheios à entidade.

Atividades para auxiliar na arrecadação: as campanhas e projetos ajudam na arrecadação de suprimentos como carnes, fraldas, campanha de natal, projeto de reciclagem, projeto empresa do bem, bazar e cofrinhos espalhados nos comércios parceiros.

Formas de prestação de contas: A prestação de contas é realizada por meio de relatórios fiscais, planilha de contas, livros contábeis, entre outras formas, as quais esclareçam o que foi gasto e o que não foi concretizado. Normalmente é realizada mensalmente, e por fim, gerado um relatório geral no final de cada ano. Tais relatórios possuem objetivo de esclarecer tudo o que a instituição faz com as doações e por finalidade.

A Vila São Cottolengo emite relatórios para seus doadores e publica o balanço, geralmente, também emite um ofício para agradecimentos. É explicado por meio de notas fiscais, cupons fiscais e recibos, todos os valores recebidos e valores utilizados para necessidades da instituição, além disso, publica todas as demonstrações obrigatórias para

entidade do terceiro setor que são: balanço social, demonstração do superávit e déficit do exercício (DSDE), demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), demonstração do fluxo de caixa (DFC) e notas explicativas (COTTOLENGO, 2019).

A prestação de contas é a demonstração do resultado de como o recurso foi aplicado, se o recurso foi utilizado respeitando-se o que está escrito no Termo do Convênio e na Legislação, Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), com certeza os responsáveis não terão dificuldades em terem suas contas aprovadas pelo Ministério Público. Fazer prestação de contas é provar com documentos onde foi gasto o dinheiro do Convênio. Por isso, é muito importante ficar atento desde o recebimento dos recursos até o momento em que a prestação de contas seja entregue e aprovada (SÁ, 2010).

A Figura 1 apresenta demonstrativos obrigatórios da Vila São Cottolengo dos anos 2017 e 2018, publicados no Diário do Estado em 26 de abril de 2019:

Figura 1 – Balanço Patrimonial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em reais)			
ATIVO			
	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.461.805	654.070
Caixa e bancos contas vinculadas	8	10.000	100.000
Aplicações financeiras vinculadas	8	419.148	2.001.964
Contas a receber do SUS	9	7.616.919	7.840.814
Contas a receber operadoras de Planos de Saúde e particulares	9	558.517	845.253
Estoques	10	2.402.701	2.195.650
Adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber	11	891.116	398.478
Despesas antecipadas		29.864	30.476
		13.390.070	14.066.705
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo		2.077.368	1.760.694
Investimentos		4.356	-
Imobilizado líquido		24.817.533	25.121.128
Intangível		163.397	207.890
		27.062.654	27.089.712
TOTAL DO ATIVO		40.452.724	41.156.417
PASSIVO			
	Notas Explicativas	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores e prestadores de serviços	14	3.702.074	3.464.122
Salários e encargos trabalhistas	15	3.166.389	3.062.243
Encargos sociais e impostos retidos a recolher	15	2.473.609	2.198.544
Convênios	16	1.951.659	3.894.070
Empréstimos bancários	18	-	71.757
Outras contas a pagar		91.193	94.509
		11.384.924	12.785.245
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos AFIPE	18	11.100.000	9.100.000
Receitas a realizar. Subvenções e doações de órgãos públicos a apropriar	17	5.663.219	5.621.052
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas	21	-	3.060
		16.763.219	14.724.112
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio social		16.481.005	16.481.005
Reserva de doações		123.645	123.645
Deficit acumulado		(2.957.590)	(1.943.250)
Deficit do exercício		(1.342.479)	(1.014.340)
TOTAL DO PASSIVO		40.452.724	41.156.417

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

O balanço da Vila São Cottolengo, se comparado os anos de 2017 e 2018, demonstra que houve um aumento de caixa e equivalentes de caixa, provavelmente devido à aquisição de empréstimos e um déficit do exercício maior que no ano anterior, mas de modo geral não houve variações significativas nos direitos e obrigações, apesar de ter dobrado caixas e equivalentes de caixa, mas em contrapartida aumentou as obrigações da entidade com empréstimos, portanto, se torna irrelevante.

Na Figura 2 é possível perceber a demonstração do exercício anual da entidade, comparando os anos 2017 e 2018, nota-se que houve uma oscilação de números, isto devido ao aumento de receita.

Figura 2 – Demonstrações do Déficit

DEMONSTRAÇÕES DO DEFICIT			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			
(Em reais)			
	Notas Explicativas	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL			
Prestação de serviços a pacientes do SUS		29.713.569	27.374.604
Prestação de serviços a Operadoras de planos de saúde e particulares		5.159.203	6.022.801
(-) Glosas		(76.250)	(157.767)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		34.796.522	33.239.638
CUSTO OPERACIONAL			
Pessoal e encargos		(25.339.138)	(25.857.524)
Materiais e medicamentos		(13.227.210)	(12.529.087)
Serviços de terceiros		(6.667.847)	(4.951.262)
Amortização/depreciação do intangível e imobilizado		(1.532.113)	(1.432.764)
		(46.766.308)	(44.770.637)
RESULTADO BRUTO		(11.969.786)	(11.530.999)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas		(2.885.605)	(2.820.218)
Despesas com provisão para contingências		(25.940)	107.940
Despesas com PECLD		(1.551.959)	(1.224)
Despesas financeiras		(224.180)	(259.996)
Despesas gerais		(66.577)	(93.532)
Despesa do projeto PRONAS		(709.494)	(72.740)
Despesa - Renúncia fiscal - Contribuições INSS e COFINS	20	(8.000.303)	(8.006.641)
		(13.464.058)	(11.146.411)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS			
Doações e subvenções recebidas	19	12.820.414	11.225.870
Receitas financeiras		61.669	67.064
Receita de aluguéis		1.220.368	1.026.750
Receita da Escola São Vicente de Paulo		82.127	53.594
Receita do projeto PRONAS		709.494	72.740
Receita - Renúncia fiscal - Contribuições INSS e COFINS	20	8.000.303	8.006.641
Outras receitas		1.196.990	1.210.411
		24.091.365	21.663.070
DEFICIT DO EXERCÍCIO		(1.342.479)	(1.014.340)

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

As demonstrações do déficit do exercício têm por finalidade trazer informações sobre as receitas e despesas da entidade, no intuito de identificar o resultado do período. Na Figura 2, que retrata o demonstrativo apresentado pela Vila São Cottolengo, houve um aumento significativo da receita, se comparados os anos de 2017 e 2018, tal fato, se dá pelo aumento

no volume de doações e maior valor no repasse do PRONAS⁶. Na Figura 3 são expostas, por método indireto, as demonstrações de fluxos de caixa do exercício anual de 2017 e 2018.

Figura 3 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017		
(Em reais)		
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Deficit do exercício	(1.342.479)	(1.014.340)
Ajustes :		
Valor da amortização e depreciação do intangível e imobilizado	1.532.112	1.432.764
Resultado na alienação/baixa de bens do imobilizado	(47.967)	14.278
Provisão para contingências	(3.060)	(107.940)
Provisão/ reversão PECLD	1.551.959	1.224
Reconhecimento da receita subvenções p/aquisição bens do imobilizado	(655.685)	(604.746)
Deficit ajustado	1.034.880	(278.760)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Bancos e aplicações financeiras vinculadas	1.672.816	(185.456)
Contas a receber do SUS	(1.328.064)	(1.203.902)
Contas a receber de operadoras de Planos de Saúde	286.736	(206.382)
Estoques de materiais de consumo e medicamentos	(207.051)	121.649
Outras contas a receber do circulante e não circulante	(808.700)	(273.173)
(Aumento) redução nos passivos operacionais		
Fornecedores e prestadores de serviços	237.952	(252.690)
Salários e encargos trabalhistas e sociais a pagar	379.211	1.762.371
Convênios	(1.942.411)	130.198
Receita antecipada	17.091	54.764
Outras contas a pagar do circulante e não circulante	(20.407)	18.299
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(677.947)	(313.082)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Valor da venda	66.300	-
Aquisição de investimentos	(4.356)	-
Aquisição de imobilizado/intangível	(1.202.357)	(2.660.468)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.140.413)	(2.660.468)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Valor empréstimos pagos	(71.757)	-
Valor empréstimos contratados	2.000.000	871.757
Doações recebidas do governo, empresas e pessoas físicas para aquisição/construção de bens do imobilizado	697.852	1.659.281
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	2.626.095	2.531.038
Aumento/diminuição líquida do caixa e equivalentes de caixa	807.735	(442.512)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	654.070	1.096.582
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.461.805	654.070

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

O demonstrativo apresentado demonstra que as atividades operacionais e de financiamento, foram mais movimentadas em 2018, enquanto que, os de investimento contabilizaram venda de imobilizado e aquisição de investimento, sendo que em 2017 não houve aquisições e vendas.

As Figuras de 4 a 7 trazem as notas explicativas, em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (LSA) 6404/76, estas, compreendem todas as demonstrações financeiras de modo detalhado, com o objetivo de esclarecer pontos contábeis relevantes.

⁶O Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, é um programa do Ministério da Saúde que foi desenvolvido para incentivar ações prestadas por entidades sem fins lucrativos, no campo da oncologia e da pessoa com deficiência (BRASIL, 2017).

Figura 4 – Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	
A VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, prestadora de serviços na área da saúde, educação e assistência social, situada na Avenida Cel. Gabriel Alves de Carvalho, nº. 163 – Bairro Santuário – Trindade – Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 00.420.371/0001-22 e no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) sob o nº. 2535939. Certificada pelo Ministério da Saúde como Entidade Beneficente de Assistência Social da área da saúde e reconhecida como Utilidade Pública nas esferas Federal, Estadual e Municipal, devidamente registrada nos conselhos de Assistência Social, de Saúde, da Pessoa com Deficiência e da Criança e do Adolescente. Fundada em 11 de fevereiro de 1951, habilitada como Centro Especializado em Reabilitação Física, Auditiva e Intelectual, oferta ainda leitos de internação de longa permanência e de reabilitação, além de oferecer um Centro Médico que presta serviços de consultas, exames e cirurgias. Atuante também na educação mantém conveniado com a Secretaria de Estado da Educação o Centro de Ensino Especial São Vicente de Paulo para educação especial inclusiva.	
Com 89,11% de seus leitos ofertados ao SUS e 10,89% a convênios e particulares oferece na modalidade de longa permanência 345 leitos para pacientes crônicos com deficiências múltiplas, sendo 68 ofertados a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMID/DF. Na modalidade reabilitação oferece 18 leitos. Os leitos cirúrgicos constam 21 e os de clínica médica 01. Possui ainda 21 leitos para observação.	
Na atenção Ambulatorial, em 2018 foram realizadas 41.103 consultas, 168.649 exames para diagnóstico, 1.266 procedimentos ambulatoriais, 5.143 cirurgias, 8.849 atendimentos odontológicos, 3.978 internações paciente/dia, sendo 84 clínicas, longa permanência 3.894. No Serviço de Reabilitação Física, foram realizados, entre avaliações/concessões e terapias, 259.598 atendimentos sendo dispensadas 5.066 órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção - OPM's. No Serviço de Medicina Auditiva dispensados 11.644 aparelhos auditivos. Ressalta-se que no exercício de 2018 foram realizados 501.310 atendimentos sendo mais de 92,90% pelo Sistema Único de Saúde – SUS.	
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.409/2012.	
Como entidade beneficente de assistência social observa o que dispõe a Lei nº 12.101/09.com altera-	

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

Figura 5 – Notas Explicativas

ções da Lei 12.868/13, o Decreto nº 8.242/14, as orientações do Ministério da Saúde e demais disposições legais às quais está sujeita.		
3. MOEDA FUNCIONAL		
As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da entidade.		
4. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Os recursos gerados pela Vila tiveram origem basicamente em suas atividades operacionais, realizadas exclusivamente no campo da saúde. Esses recursos foram totalmente aplicados nas atividades operacionais, viabilizando o atendimento aos destinatários das políticas públicas e assistência social.		
5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
a) As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência;		
b) Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulantes e os excedentes a esse prazo como não circulantes;		
c) Os estoques de materiais e medicamentos são mensurados pelo custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado;		
d) Os direitos e as obrigações legais ou contratualmente sujeitos a atualização monetária ou encargos financeiros foram atualizados até a data do balanço;		
e) As subvenções e doações recebidas para construções, aquisição de equipamentos e bens do Ativo Imobilizado são contabilizadas como "Receitas a Realizar", no passivo não circulante, e apropriadas nas contas de receita no mesmo valor e época da depreciação dos bens adquiridos e/ou construídos com esses valores.		
f) Os valores do Integrasus, IAC e as doações recebidas para custeio são reconhecidas diretamente nas contas de Outras Receitas Operacionais.		
g) Não existem saldos de ativos e/ou passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à contabilização de ajustes a valor presente.		
h) A preparação das Demonstrações Contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas ou adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados.		
6. SEGREGAÇÃO DÁS CONTAS DE RESULTADO DO EXERCÍCIO		
De acordo com o artigo 33 da Lei nº. 12.101/09 cabe à entidade manter escrituração segregada por área de atuação, tais como: educação, saúde e assistência social, além de outras atividades associativas, de modo a evidenciar as receitas, os custos e as despesas por área. A Vila São José Bento Cottolengo concentra suas atividades operacionais exclusivamente no campo da saúde. Assim não existe a necessidade de outros detalhamentos exigidos pela lei.		
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Correspondem ao numerário de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos foram devidamente comprovados.		
	2018	2017
Caixa	15.572	10.257
Bancos conta movimento	194.078	12.120
Aplicações financeiras de liquidez imediata sem restrição	1.252.155	631.693
	1.461.805	654.070
8. CONTAS BANCÁRIAS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS		
Referem-se a recursos recebidos de convênios com órgãos públicos estaduais e federais, para a aplicação no custeio e investimentos no imobilizado. São remunerados às taxas normais de mercado e estão atualizados até a data do balanço.		
	2018	2017
Caixa e contas bancárias vinculadas	10.000	100.000
Aplicações financeiras vinculadas	419.148	2.001.964
	429.148	2.101.964
9. CONTAS A RECEBER		
As contas a receber estão registradas pelo valor de realização. Referem-se a direitos a receber do SUS, operadoras de Planos de Saúde e particulares, por serviços prestados a pacientes atendidos ou internados. Neste exercício foi constituída provisão da estimativa de perda de atendimentos prestados a pacientes do SUS, cujo atraso no recebimento é superior a 360 dias.		
	2018	2017
Serviços prestados a Pacientes do SUS	9.168.878	7.840.814
Serviços prestados a Planos de Saúde e particulares	558.517	846.477
(-) PECLD	(1.551.959)	(1.224)
	8.175.436	8.686.067

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

Figura 6 – Notas Explicativas

10. ESTOQUES			Fornecedores consignados			194.993	198.812
Os estoques de materiais e medicamentos estão registrados pelo custo médio de aquisição, não superior ao valor de mercado. Compreende também materiais em consignação.						3.702.074	3.464.122
	2018	2017	15. ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS				
Gêneros alimentícios	297.579	274.395	As obrigações trabalhistas correspondem a salários a pagar, provisão de férias e encargos e retenções na folha de salários.				
Materiais de manutenção	528.816	543.278					
Materiais de lavanderia	6.889	5.975	2018				
Materiais gerais	456.521	463.808	Salários a pagar				
Materiais de órtese e prótese	445.260	189.253	Provisão de férias e encargos				
Material hospitalar	224.498	161.090	Outros valores a pagar				
Medicamentos gerais	161.523	136.155	(-) Adiantamentos de férias pagos				
Nutrição e dietética	55.619	50.385	3.166.389				
Bovinos	31.003	188.104	2017				
Estoque em consignação	194.993	182.863	Salários a pagar				
Estoque em poder de terceiros	-	344	Provisão de férias e encargos				
	2.402.701	2.195.650	Outros valores a pagar				
			(-) Adiantamentos de férias pagos				
			3.166.389				
11. OUTRAS CONTAS A RECEBER DE CURTO PRAZO			Os encargos sociais correspondem a contribuições previdenciárias a recolher, FGTS a recolher, contribuição para o PIS, Imposto de Renda retido na Fonte e contribuição sindical de empregados. A contribuição para o PIS está sendo discutida judicialmente, ainda sem decisão definitiva. O valor provisionado está sendo depositado em juízo (Nota explicativa 12)				
Saldo representado pelos seguintes adiantamentos e valores a receber:			2018				
	2018	2017	Contribuições para o INSS				
Curatela	761.511	232.566	Contribuições do FGTS				
Adiantamentos a fornecedores	7.580	6.769	Contribuição do PIS sobre a folha de pagamento				
Outras contas a receber	122.025	159.143	Imposto de Renda Retido na Fonte				
	891.116	398.478	Contribuição sindical de empregados				
			4.072				
			2.473.609				
			2.198.544				
12. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			16. CONVÊNIOS				
Corresponde a bens recebidos em doação e ao depósito atualizado da contribuição do PIS sobre a folha de pagamento. A Vila está discutindo judicialmente a isenção da contribuição para o PIS sobre a folha de pagamento. O valor da contribuição calculado mensalmente é depositado em juízo. Já foi julgada a inexigibilidade do PIS quanto aos fatos geradores ocorridos até a vigência da Lei nº. 12.101/09, condenando a União a restituir os valores recolhidos no período de 08/1999 a 06/2006, o que ainda não ocorreu. Os assessores jurídicos da Vila consideram remota a possibilidade de perda da ação. A reversão da provisão será feita quando da liberação desse valor depositado em Juízo.			São recursos recebidos de órgãos públicos do governo estadual, federal e da Organização das Voluntárias do Estado de Goiás, para aplicação no custeio, reaparelhamento e investimentos em obras na Vila. No exercício de 2018 foi recebido de Convênios o valor de R\$ 140.633. O valor ainda não utilizado é mantido em contas bancárias e aplicações financeiras vinculadas. As prestações de contas são apresentadas regularmente aos órgãos convenentes (Nota 08).				
	2018	2017	2018				
Bens recebidos em doação	75.142	75.142	Ministério da Saúde - Secretaria de Estado				
Depósito judicial contribuição do PIS	2.002.226	1.685.552	Ministério da Saúde PRONAS				
	2.077.368	1.760.694	AGEHAB - Cheque Moradia				
			1.951.659				
			2.927.068				
			867.002				
			100.000				
			3.894.070				
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL			17. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES RECEBIDAS A REALIZAR				
O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou formação. A Vila possui controle individual dos bens. A depreciação é feita com base na vida útil dos mesmos e limitada ao custo de aquisição ou formação. Para a administração da Vila os bens do ativo imobilizado e os direitos do ativo intangível estão registrados por valor não superior ao valor recuperável pelo uso, ao longo da sua vida útil, sem nenhum indicador de perda do seu valor recuperável (impairment).			Corresponde ao saldo de doações/subvenções recebidas de órgãos públicos para aquisição de bens do imobilizado. A receita é reconhecida mensalmente no mesmo valor da depreciação dos bens adquiridos, levado a resultado. O valor apropriado neste exercício como receita foi R\$ 655.685 (Nota 19).				
A movimentação do ativo imobilizado no período foi a seguinte:			Este procedimento está de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, nº. 1.143/2008 e as novas práticas contábeis brasileiras.				
	2018	2017	2018				
	2018	2017	2017				
			Receitas a realizar				
			5.663.219				
			5.621.052				
18. EMPRÉSTIMOS DA AFIPE			19. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES				
A Vila, em razão de dificuldades financeiras provocadas pelo atraso no recebimento de serviços prestados a órgãos públicos em 2015, 2016, 2017 e 2018 tomou recursos emprestados da AFIPE, entidade coirmã, no montante de R\$ 11.100.000, para pagamento parcelado. Os contratos contêm cláusula prevenindo a cobrança de encargos financeiros a uma taxa de 1,5% ao mês. A Vila não está reconhecendo na sua Contabilidade esses encargos porque, de acordo com seus diretores, está em estado avançado a negociação entre as partes para liberá-la desse encargo.			A Vila recebeu doações e subvenções de vários doadores durante o exercício de 2018, que foram contabilizadas como receita:				
	2018	2017	2018				
	2017		2017				
			Curto prazo				
			Valor parcelas de curto prazo				
			- 71.757				
			Longo prazo				
			Valor parcelas de longo prazo				
			11.100.000 9.100.000				
20. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS			Como entidade beneficente sem fins lucrativos a Vila é imune do pagamento do Imposto de Renda, na forma da legislação aplicável, condicionada ao cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária. Possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. Está vinculada ao Ministério da Saúde. Os atendimentos a pacientes do SUS estão demonstrados na nota explicativa nº. 1 – CONTEXTO OPERACIONAL. Está isenta da obrigatoriedade de recolher a contribuição patronal devida ao INSS, incidente sobre a folha de pagamento e contribuintes individuais, e a COFINS, nos termos da Lei nº. 12.101/09 e legislação anterior. A partir de dezembro/2018 passou a considerar a isenção também para a contribuição do PIS sobre a folha de pagamento. Os valores relativos às isenções das contribuições sociais são contabilizados como se devidos fossem. Em 2018 e 2017 são os seguintes:				
	2018	2017	2018				
	2017		2017				
			Contribuição previdenciária - patronal				
			Pis s/ folha de pagamento				
			COFINS				
			Total				
			6.701.464 6.961.038				
			34.386 -				
			1.264.453 1.045.603				
			8.000.303 8.006.641				
21. PASSIVOS CONTINGENCIAIS			A provisão para contingências cíveis e trabalhistas é constituída com base nas informações dos assessores jurídicos. Existem ações em andamento contra a Vila, mas de acordo com o prognóstico dos assessores jurídicos não é necessária a constituição da provisão para perda.				
	2018	2017	2018				
	2017		2017				
			Provisão para contingências				
			-				
			3.060				
14. FORNECEDORES DE MATERIAIS, MEDICAMENTOS E SERVIÇOS			Correspondem ao saldo devido a fornecedores de materiais/medicamentos e serviços de médicos, clínicas, laboratórios e outros profissionais. Não estão sujeitos a encargos financeiros.				
	2018	2017					
Fornecedores de materiais, medicamentos e serviços	3.507.081	3.265.310					

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

Figura 7 – Notas Explicativas

<p>23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS No dia 08.04.2019 a Diretoria da Vila aprovou essas demonstrações e autorizou a divulgação das mesmas.</p> <p>Trindade, 31 de dezembro de 2018.</p> <table> <tr> <td>Pe.Domingos Cardoso Prestes Diretor Presidente CPF: 231.506.611-53</td> <td>Jacy Soares Pereira Contador – CRC-GO 13703/O-5 CPF 360.727.611-00</td> </tr> </table>			Pe.Domingos Cardoso Prestes Diretor Presidente CPF: 231.506.611-53	Jacy Soares Pereira Contador – CRC-GO 13703/O-5 CPF 360.727.611-00	
Pe.Domingos Cardoso Prestes Diretor Presidente CPF: 231.506.611-53	Jacy Soares Pereira Contador – CRC-GO 13703/O-5 CPF 360.727.611-00				
<p align="center">PARECER DO CONSELHO FISCAL</p> <p>O CONSELHO FISCAL DA VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO, declara que tendo examinado as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, bem como o Relatório das Atividades realizadas no período, é de PARECER que essas peças contábeis devam ser aprovadas pela Assembléia Geral.</p> <table> <tr> <td>Pe. João Bosco de Deus M. Nunes Pereira Presidente</td> <td>Pe. Frederico Hozanan de Pádua Conselheiro</td> <td>Pe. Bráulio Roger Secretário</td> </tr> </table>			Pe. João Bosco de Deus M. Nunes Pereira Presidente	Pe. Frederico Hozanan de Pádua Conselheiro	Pe. Bráulio Roger Secretário
Pe. João Bosco de Deus M. Nunes Pereira Presidente	Pe. Frederico Hozanan de Pádua Conselheiro	Pe. Bráulio Roger Secretário			
<p>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Aos Senhores Diretores da VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO TRINDADE– GO</p> <p>1. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VILA SÃO JOSÉ BENTO COTTOLENGO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>2. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade auditada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.</p> <p>3. Ênfases De acordo com as normas de auditoria independente as demonstrações financeiras ora apresentadas comportam as seguintes ênfases de nossa parte, mas não constituem ressalva quanto as nossas conclusões apresentadas acima:</p> <p>a) A Vila, em razão de dificuldades financeiras decorrentes do atraso no recebimento de serviços prestados a órgãos públicos, em 2015, 2016, 2017 e 2018 tomou recursos emprestados da AFIPE, entidade coirmã, no valor total de R\$ 11.100.000, para pagamento parcelado. O contrato elaborado em 2015, não assinado, contém cláusula prevendo a cobrança de encargos financeiros a uma taxa de 1,5% ao mês. A Vila não está reconhecendo esses encargos na sua Contabilidade porque, de acordo com seus diretores, está em estado avançado de negociação de um acordo entre as partes para liberá-la desse encargo. Nossa opinião não está modificada com relação a esse tema (Nota explicativa nº. 18).</p> <p>b) Nos últimos três exercícios apresentou déficits no valor de R\$ 1.342.479 em 2018, R\$</p>					

Fonte: Classificados Goiás, Tocantins e DF, 26 de abril 2019 - Diário do Estado.

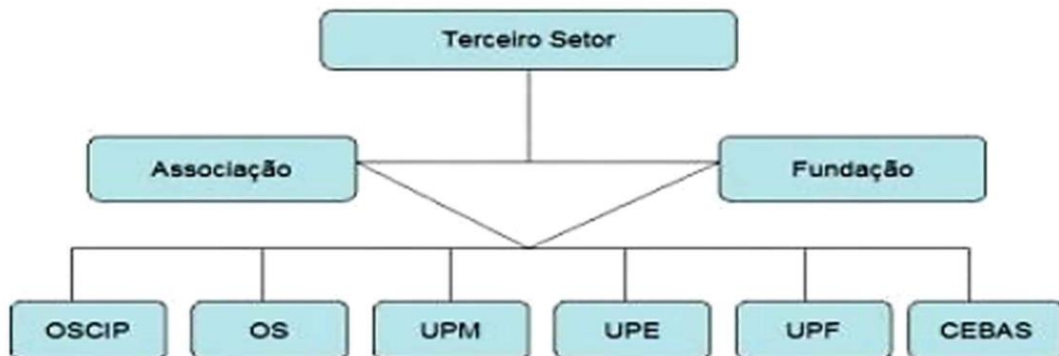
Portanto, as notas explicativas servem de complemento para as demais demonstrações, trazendo os detalhes que não foram explorados, mas que são relevantes na análise contábil. Esse demonstrativo da Vila São Cottolengo traz a análise do auditor independente sobre as

demonstrações financeiras, que é obrigatória, conforme a Lei Federal nº 12.101/09, que define a obrigatoriedade de auditoria para as entidades filantrópicas com faturamento anual superior a R\$ 3.600.000, e é importante para assegurar as demonstrações financeiras apresentadas pela entidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entidades do terceiro setor são constituídas sob a forma jurídica de associações e de fundações privadas, porém, habitualmente, são identificadas como Organização Não Governamental (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organização Social (OS), Instituto, etc. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organização Social (OS) são qualificações que as associações e fundações podem receber, uma vez preenchidos os requisitos legais, assim como ocorre com as titulações de Utilidade Pública Municipal (UPM), Estadual (UPE) e Federal (UPF) e o Certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS).

Figura 8 - Subdivisões do terceiro setor:



Fonte: Dados da pesquisa

A Vila São Cottolengo, portanto, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, atuante na área da saúde, educação e assistência social, sediada na cidade de Trindade, interior de Goiás. A entidade pesquisada está habilitada como Centro Especializado em Reabilitação Física, Auditiva e Intelectual, oferta ainda, leitos de internação de longa permanência e de reabilitação, além de oferecer um centro médico, que atende em consultas, exames e cirurgias.

Percebe-se, então a relevância social da Vila São Cottolengo, pois, contribui com o bem-estar da população da região, sendo uma opção a mais em saúde, devendo-se considerar que os hospitais do SUS, em geral, enfrentam grande lotação.

Desta forma, a prestação de contas desta entidade representa também uma obrigação social, uma vez que recebe contribuições do poder público. A transparência e a publicidade de seus registros contábeis ratificam a sua credibilidade, ampliando as doações e contribuindo, efetivamente, para sua perduração.

As notas explicativas, objeto da presente pesquisa, são informações apresentadas nas demonstrações contábeis e são adicionais, complementando o conjunto de demonstrações contábeis obrigatórias. Estas devem ser relevantes, são fundamentais para explicitar e trazer entendimento sobre as informações contábeis trazidas em outras demonstrações são uma espécie de “legenda do balanço”, no intuito de divulgar o que é importante e imprescindível para as demonstrações de forma clara e sucinta, sendo responsáveis por trazer o detalhamento do balanço patrimonial.

As notas explicativas da Vila São Cottolengo, demonstradas nas Figuras de 4 a 7, trazem todas as explicações que são primordiais para o entendimento do balanço patrimonial dessa entidade, como por exemplo, o contexto operacional, que é a descrição das atividades exercidas pela entidade e ainda os dados dos serviços ofertados. Explica ainda, a apresentação das demonstrações contábeis, como foram elaboradas e as normas que embasaram essas apresentações, nesse caso a ITG 2002 (R1), Resolução 1.409/2012, e Lei 12.101/2009, entre outras. Além disso, as notas trazem informações sobre a moeda funcional em que a entidade opera e apresenta suas demonstrações, ou seja, em reais (R\$).

As notas explicam, em detalhes, a origem e aplicação dos recursos obtidos pela entidade e apresenta outras informações relevantes, como por exemplo, o detalhamento do estoque, os encargos, os convênios, os empréstimos, as doações e subvenções, isenções tributárias, passivos contingenciais e aprovação das demonstrações contábeis, com a data em que foi aprovada para divulgação e todas as outras informações relevantes para compreensão dos dados apresentados no balanço patrimonial.

Em análise às respostas obtidas por parte do contador da instituição, foi possível verificar a importância da prestação de contas para as entidades sem fins lucrativos, haja vista que, por meio delas, são recebidas as doações e os recursos oriundos do segundo setor e dos entes governamentais. Ficou ainda comprovada a transparência dos demonstrativos e a seriedade com que esta entidade presta seus serviços à sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o terceiro setor exerce uma função importante em âmbito nacional, haja vista que, contribui de forma significativa com os diversos problemas sociais, que muitas vezes não tem soluções apenas com as ações do Estado, desta forma, o Terceiro Setor figura como grande aliado do poder público, podendo- se afirmar que esta ação filantrópica contribui com o desenvolvimento social do país.

O terceiro setor subdivide-se em duas formas jurídicas de constituição, sendo as Associações e Fundações, subdividindo-se ainda em diversos outros tipos jurídicos, entretanto, ambos com finalidade social e sem interesse nos lucros. Exatamente por isso, a prestação de contas destas entidades torna-se uma obrigação social, pois, muitas vezes tem sua credibilidade questionada quanto à aplicação dos recursos obtidos, sendo a base da transparência e do controle social.

A pesquisa identificou a contabilidade aplicada ao terceiro setor, voltada para *Accountability* (prestação de contas) e a captação de recurso, desta forma, foi possível compreender como as organizações do terceiro setor contabilizam suas atividades, através das notas explicativas e, especificamente a contribuição no processo de arrecadação na Vila São Cottolengo.

As notas explicativas, objeto da presente pesquisa, trazem informações que objetivam complementar os demonstrativos financeiros, explicitar os critérios contábeis e trazer informações relevantes. Em relação à entidade pesquisada, ficou demonstrado que as notas trouxeram todo o complemento quanto ao balanço patrimonial da entidade, sendo de extrema relevância para compreender a administração dos recursos obtidos.

Com base na aplicação dos questionários na entidade Vila São Cottolengo e consequente análise das respostas recebidas, foi possível perceber o funcionamento da entidade, como é feito o reconhecimento dos recursos, como a contabilidade é aplicada no cômputo das arrecadações ao longo desses 68 anos de história da instituição e como são feitas as publicações dos demonstrativos obrigatórios da entidade. Ficou evidenciado que as informações são divulgadas em relatórios públicos, que demonstram a preocupação do terceiro setor com a transparência das prestações de contas.

É possível concluir, ainda, que há uma ascensão das entidades sem fins lucrativos na economia brasileira, podendo se afirmar que o Estado não desenvolve mais, de forma exclusiva, as ações de políticas públicas no entendimento das necessidades sociais, que de

fato há um engajamento social que tem contribuído de forma significativa na identificação e resolução dos problemas sociais.

Em suma, o terceiro setor tende a se destacar na busca do bem comum, mas não pode ser substituto da função do Estado, deve agir como aliado do poder público na resolução dos problemas sociais, sendo de extrema relevância a observância dos preceitos legais quanto à transparência do uso dos recursos por meio da publicidade contábil. Neste sentido, ficou comprovada a importância das notas explicativas, pois somente com informações detalhadas, é possível averiguar a aplicabilidade dos recursos, e estas informações serão determinantes para que a entidade continue a receber repasses do poder público, e para que receba diversas outras doações, contribuindo, portanto, para sua perpetuação.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renato - **Serviço Social, Gestão E Terceiro Setor**. 6. Ed - São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.019: Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.790: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público**. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.

BRASIL. **Lei nº 13.204: Regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL **Lei nº 11.638: Normas brasileiras de contabilidade**. Brasília, DF: Senado Federal, 2007

BRASIL. **Lei nº 8.666/93: Lei de Licitação e Contratos**. DF: Senado Federal, 1993.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org). **Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas**. 22ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

COTTOLENGO. **Vila São Cottolengo, 2019**. Disponível em: <<https://www.cottolengo.org.br/>> Acesso em 24 Out 2019.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2019**. Disponível em: <www.cpc.org.br> Acesso em: 24 Out 2019.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Resolução 1409/2012

DE SÁ, Antonio Lopes. **Terceiro setor: história e gestão de Organizações Balanço Social.** Antonio Lopes de Sá. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Consolidação das demonstrações contábeis. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações.** 7. Ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 31, p. 30-31.

KERDNA, produção editorial. **O que é o terceiro setor.** Disponível em: <<http://www.kerdna.com.br/>> Acesso em 18 Set 2019.

LANDIM, Leila. - **Para além do Estado e do Mercado; Filantropia e Cidadania no Brasil.** Leila Landim. (Rio de Janeiro, 1999 p.63).

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTANO, Carlos. **Terceiro setor e questão social, criticam ao padrão emergente de intervenção social.** 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MEDEIROS, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa. Bahia, BA: Via Literarum, 2010.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da pesquisa no Direito.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NBC - ITG 2002 (R1), **Interpretação técnica geral: entidades sem finalidade de lucro.** CFC /2015.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor).** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Juliana. **CFC publica alterações que impactam no registro contábil de entidades sem fins lucrativos.** Disponível em <<https://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>> Acesso em 22 Out 2019.

TACHIZAWA, ElioTakeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

Eu, DENISE ROSE BRACHT FANK. RG. 3.678.234

Pós Graduado(a) em Mestrado em Ciências Contábeis e Administração.

Declaro realizada a análise e correção ortográfica do Trabalho de Conclusão de Curso tendo como título:

A PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS ENTIDADES TERCEIRO SETOR ATRAVÉS DAS NOTAS EXPLICATIVAS E A CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO NA VILA SÃO COTTOLENGO

Dos(as) Autores(as): **DEYSIANE RODRIGUES DA SILVA; JESSIKA ROSA DE SOUSA VOLPATO; MAYCON JONNATHA RODRIGUES**

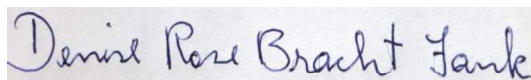
Do Curso de graduação de Ciências Contábeis

Da Instituição de Ensino Superior Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps.

Declaro, ainda, que o presente trabalho de conclusão de curso encontra-se de acordo com as normas gramaticais vigentes.

Por ser verdade firmo o presente.

Goiânia, 28 de Novembro de 2019.



Assinatura

UNOCHAPECÓ

Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Credenciamento renovado com base no Parecer nº 222 e Resolução 058/CE/SC, de 21/08/2007 e homologado pelo Decreto nº 659, publicado no DO/SC, em 25/09/2007.
Portaria nº 629, de 30 de outubro de 2014, publicada no DOU em 31 de outubro de 2014, qualifica a UnoChapeco como Instituição Comunitária de Educação Superior - ICESS

O Reitor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, no uso de suas atribuições, considerando a conclusão do curso de Mestrado no Programa de Pós-graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO, com a homologação da Dissertação em 02 de agosto de 2018, confere o grau acadêmico de

MESTRA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO

Área de Concentração: Ciências Contábeis e Administração

DENISE ROSE BRACHT FANK

Carreira de Identidade nº 3.678.234 / SSPSC, nascida em 18 de agosto de 1977, natural de Santa Catarina, nacionalidade Brasileira e outorga-lhe o presente DIPLOMA para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Chapecó (SC), 03 de agosto de 2018.

Nadir Isabel Branner Faccio
Coordenadora Acadêmica da UNOCHAPECÓ

Diplomada

Claudio Alcides Jacoski
Reitor da UNOCHAPECÓ